

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.027 - SP (2018/0299853-3)

RECORRENTE : IMPRESSORA BRASIL LTDA
ADVOGADOS : ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR - SP128515
MARCOS VINÍCIUS COSTA - SP251830
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : WALTER JOSE RINALDI FILHO E OUTRO(S) - SP097326

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Impressora Brasil Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - JUROS DE MORA EXIGIDOS PELA FESP - LEI ESTADUAL 13.918/09 - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS POSSIBILIDADE - Na exceção de pré-executividade, os honorários advocatícios sucumbenciais são cabíveis somente em caso de acolhimento do pedido, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal ou redução de seu valor. Quantia que deve refletir a justa remuneração do patrono pelos trabalhos desenvolvidos, observando-se os parâmetros do art. 85, § 8º do CPC/2015. Recurso parcialmente provido, para fixação dos honorários advocatícios, segundo critério de apreciação equitativa.

Na origem, cuida-se de agravo de instrumento interposto pela parte exequente, ora recorrida, contra a decisão interlocutória que acolheu a exceção de pré-executividade instaurada nos autos da execução fiscal, para: afastar a incidência da taxa de juros moratórios prevista na Lei Estadual n. 13.918/2009; determinar a realização de nova apuração do crédito tributário, com a aplicação da taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC); e arbitrar a verba honorária em 8% (oito por cento) do proveito econômico obtido.

O valor inscrito na Certidão da Dívida Ativa (CDA), objeto da execução fiscal, era de R\$ 715.173,37 (setecentos e quinze mil, cento e setenta e três reais, e trinta e sete centavos), atualizado até o mês de novembro de 2008.

Naquele acórdão, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso de apelação, apenas para reduzir a verba honorária para o valor fixo de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Os embargos de declaração interpostos pela parte apelada, ora recorrente, não foram providos.

No presente recurso especial, a parte recorrente aponta a violação

do art. 85, *caput*, §§ 1º, 3º, II, 10 e 14, bem como dos arts. 926, 927 e 928, todos do CPC/2015.

Aduz, em síntese, que o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais deve observar os percentuais, mínimo e máximo, estabelecidos pela legislação processual civil em vigor, o que não ocorreu no caso em tela.

Assinala, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

A parte recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso especial, embora intimada para tanto (fl. 146).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre salientar que, de acordo com o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (EDcl na MC n. 17.411/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe de 27/11/2017), o marco inicial da aplicação das novas regras de fixação da verba honorária, trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), é a data da prolação da sentença ou do ato jurisdicional a ela equivalente.

Dessa forma, considerando que, no caso em tela, a sentença responsável por condenar a parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios foi proferida e publicada sob a égide do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), é possível concluir que o arbitramento da referida verba honorária deve observar os critérios e parâmetros estabelecidos no dito diploma legal.

Conforme a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nas causas em que litiga a Fazenda Pública, não sendo irrisório tampouco inestimável o proveito econômico obtido, a fixação da verba honorária deve observar, necessariamente, não apenas os critérios estampados no art. 85, § 2º, do CPC/2015, mas também os parâmetros objetivos, compreendidos por patamares mínimos e máximos, estabelecidos no art. 85, § 3º, do CPC/2015.

Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E INTERTEMPORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 E PUBLICADA JÁ QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA.

1. No que diz respeito às causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda, prevendo cinco faixas progressivas e escalonadas como parâmetro para tal apuração.

2. Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do

direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).

3. A despeito de ser possível a incidência dos honorários previstos nos art. 85, § 11, do CPC/2015, em sede recursal (Enunciado Administrativo n. 7 do STJ), os honorários de sucumbência deverão obedecer à legislação vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, lembrando-se que a decisão produz todos os seus efeitos jurídicos somente após a sua publicação.

4. Hipótese em que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/1973, sendo o decisum, contudo, publicado já na vigência no novo Código Processual, considerando-se as peculiaridades da contagem dos prazos no processo eletrônico (art. 5º da Lei n. 11.419/2006, c/c o art. 224 do CPC/2015).

5. Recurso especial provido para determinar que o Tribunal de origem reexamine o valor dos honorários de sucumbência, à luz do disposto no art. 85, § 3º e seguintes, do CPC/2015.

(REsp n. 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 31/8/2017)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CARÊNCIA DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. §§ 3º e 8º DO ARTIGO 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

2. *In casu*, depreende-se que o Tribunal de origem, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas relacionadas aos percentuais previstos no §3º do artigo 85 do CPC/2015, violou a legislação federal indicada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.736.151/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 25/10/2018, DJe 6/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. MODIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ.

I - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo.

II - No caso dos autos, os honorários advocatícios foram fixados em conformidade com os percentuais estabelecidos no § 3º do art. 85 do CPC/2015, tendo sido distribuídos de acordo com a sucumbência de cada uma das partes.

III - Ademais, é inviável a apreciação das questões referentes à quantificação da sucumbência, pois, para aferir se o Tribunal de origem respeitou o critério de equidade e a proporção em que cada parte ficou vencida, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o

que é vedado, em recurso especial, ante o óbice do Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

IV - Recurso especial improvido.

(REsp n. 1.751.095/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/12/2018, DJe 12/12/2018)

Conclui-se, portanto, que o recurso especial interposto está alinhado ao cediço entendimento desta Corte Superior, enquanto que o acórdão recorrido foi proferido em conformidade com o mesmo, razão pela qual merece reforma.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para restabelecer a decisão interlocutória agravada de instrumento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator